



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte quatro anos destaca-se por financiar e assessorar empresas em todo território nacional. Seu propósito é "financiar rápido e servir bem milhares de empresas, em benefícios das pessoas". A estratégia do Banco baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo o negócio e potencial envolvido, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade na oferta de serviços e produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade digital, características consistentemente desenvolvidas pelo Banco. Por meio de soluções ágeis e funcionais que facilitam o dia a dia dos clientes, o Banco Pine se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 10 milhões classificados em dois segmentos:

GRANDES EMPRESAS	EMPRESAS
Grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 500 milhões	Empresas com faturamento anual até R\$ 500 milhões

O Banco segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO: Dois eventos caracterizaram o 4T21: **aumento dos casos de coronavírus** em virtude da nova variante ômicron, e a **mudança de postura** dos principais bancos centrais no mundo na direção do viés mais contracionista em relação aos primeiros nove meses de 2021. **As surpresas inflacionárias no 4T21 foram muito negativas no Brasil e no exterior.** Nesse período, o IPCA atingiu quase 10,1% - muito acima do teto da meta de 5,25%, e a variação do índice de inflação ao consumidor nos EUA (*Consumer Price Index*, CPI) foi de 7,1%, bem superior ao limite de tolerância de 2,5% ao ano. Mesmo o núcleo de inflação do CPI nos EUA, que exclui alimentos e energia (que são itens normalmente mais voláteis nas medidas de inflação), encostou em 5,5%, nível bastante elevado em relação à tolerância do Fed com a inflação do CPI. Portanto, além de as expectativas de inflação para 2022 terem piorado muito no Brasil e no exterior, as perspectivas para a atividade econômica a partir do 1T22 deterioraram em função da redução da mobilidade social (principalmente nos EUA, na Europa e na China) associada à ômicron, e da perspectiva de elevação da taxa básica de juros nos EUA e no Brasil, fundamentalmente. As revisões para o crescimento do PIB brasileiro apontam atualmente para uma variação de apenas 0,3% em 2022 ante a projeção de 4,6% no ano passado, sendo que há um grupo relativamente grande de analistas contando com a variação do PIB entre -1% e 0%. Boa parte do aumento do pessimismo se deve à expectativa de que a Selic atinja 11,75% em março e, provavelmente, encerre o ciclo de alta em maio de 2022, quando estima-se que poderá atingir o **patamar de até 12,5%**. Esta trajetória de alta da Selic que o Bacen vem promovendo visa, principalmente, à convergência da inflação de 2023 para o centro da meta (3,25%), e tem sido vista como necessária para conter a variação do IPCA perto de 5,5% este ano (acima do teto da meta de inflação para 2022, igual a 5%). A ideia também é ancorar as expectativas de uma alta persistente e disseminada da inflação, que limita o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, contribuindo para o que o **PIB anual feche próximo a 0% em 2022**. O custo da política monetária mais restritiva no Brasil e no exterior afeta mais significativamente os setores industriais e de serviços, incluindo o comércio varejista. Enquanto a indústria brasileira cresceu marginalmente 0,8% no 4T21 em relação ao trimestre imediatamente anterior (que contraiu 0,8% comparado ao 2T21), o setor de serviços expandiu 0,5% ante o 3T21, acelerando com relação ao crescimento do 2T21. Ou seja, a variante ômicron e, principalmente, a significativa elevação da Selic atuam conjuntamente na desaceleração da tendência de recuperação que vinha se desenhando no final do ano passado. Em geral, a elevação inflação brasileira no 4T21 e a sua perspectiva de alta são puxadas pela forte variação anual da inflação dos **bens industriais** - provocada pelo crescimento de custos associados às rupturas na cadeia global de itens industriais, **agropecuários** - influenciados pelo choque de oferta associado à crise hídrica, e **administrados pelo governo** - determinados também pela crise hídrica e consequente elevação da tarifa de energia elétrica, e pela alta dos preços dos combustíveis. A deterioração das projeções de inflação em 2022 já contamina as expectativas de inflação em 2023, que estão em 3,5%, acima da meta de 3,25% do ano que vem. Portanto, a retomada da inflação de serviços deixa o IPCA relativamente pressionado e caracterizado por inércia inflacionária relativamente mais alta, contribuindo para a deterioração das projeções já elevadas para variação do IPCA, principalmente em 2022. No âmbito das contas públicas federais, a **aprovação da PEC dos Precatórios e o aumento do teto de gastos para 2022** produziram um espaço no limite de gastos de R\$ 11 bilhões, suficiente para acomodar, principalmente, o Novo Auxílio Emergencial almejado pelo governo e as emendas parlamentares e do relator do orçamento, ambos previstos para 2022. É importante notar que, mesmo descontadas todas as despesas desejadas pelo executivo e pelo legislativo, ainda sobra um espaço no teto de R\$ 25 bilhões em 2022. A mudança da regra de apuração do teto de gastos e a postergação do pagamento de precatórios abalam, portanto, a âncora fiscal criada por meio da regra do teto em 2016 e contribui para manter a dívida bruta do setor público acima de 80% em 2022. Estas perspectivas elevam os juros futuros longos vindencios acima de janeiro 2025 para patamares entre 9,5% e 11%, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, e a intenção do Bacen em manter Selic perto de 7% no final de 2023. Essa estratégia é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado entre 1,5% e 2%, e para preservar o crédito PJ com recursos privados acima de 15% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 2% em 2023.

2. DESEMPENHO:

2.1 Resultado societário:

RESULTADOS (R\$ Milhões)	2020	2021	Variação Δ 2020
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	149,8	166,8	11,4%
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	32,0	7,5	(76,7%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	42,3	39,9	(5,8%)
Despesas administrativas e de pessoal	(179,0)	(182,4)	1,9%
Resultado operacional	(97,2)	0,3	-
Lucro (prejuízo) líquido contábil	(63,6)	5,9	-

2.2 Resultado gerencial: Visando a uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse resultado são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Além dos critérios gerenciais, desde o 4T20 passamos a considerar os efeitos de itens extraordinários no resultado, demonstrando o lucro líquido ajustado por eventos não recorrentes. **Para mais informações e detalhes das reclassificações, favor acessar o Relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 4T21 disponível no site de Relações com Investidores.**

RESULTADOS (R\$ Milhões)	2020	2021	Variação Δ 2020
Margem Financeira Bruta	131,8	158,6	20,3%
Custo de crédito	(28,1)	(18,0)	(35,7%)
Receita de prestação de serviços e tarifas	42,3	39,9	(5,8%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(191,3)	(197,4)	3,2%
Resultado operacional	(59,4)	(18,2)	(69,3%)
Lucro líquido recorrente	(35,7)	5,9	-

O Banco vem demonstrando uma evolução consistente na rentabilidade. Essa performance é reflexo do crescimento da base de clientes, e maior vinculação dos mesmos com os produtos do Banco, resultando no aumento da transacionalidade. • A Margem Financeira Bruta somou R\$ 158,6 bilhões em 2021, aumento de 20,3% na comparação com 2020, reflexo das maiores receitas recorrentes de crédito. • Em 2021, o Custo do Crédito apresentou uma redução de 35,7% em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo, e pela redução do risco de alguns clientes do segmento Grandes Empresas. • As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 5,8% na comparação anual, principalmente com comissão de fianças e intermediação, decorrente da nossa estratégia em atuar de maneira mais seletiva nesse produto. • Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas de 3,2% na comparação com 2020, significativamente abaixo da inflação do período. • **O resultado recorrente gerencial totalizou R\$ 5,9 bilhões em 2021, comparado a R\$ -35,7 bilhões em 2020.** • A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$ 4,3 bilhões em dezembro de 2021, crescimento de 8,8% nos últimos 12 meses, sendo: (i) 1,2% no segmento de Grandes Empresas; (ii) 22,1% no segmento de Empresas. • Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representam 92,4% da carteira de crédito ao final de dezembro de 2021, ante 91,4% em dezembro de 2020. • O total de captação atingiu R\$ 7,9 bilhões em dezembro de 2021. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos. • Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$ 1,2 bilhão. • Índice de Basileia encerrou dezembro de 2021 em 111%, sendo 9,8% de Capital Nivel 1. **3. RATINGS:** O Banco é classificado por agências nacionais e internacionais de rating e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. Segue abaixo os ratings vigentes da agência Fitch.

	Local	Global	Soberano
Fitch Ratings	BB+	B-	BB-

4. RECURSOS HUMANOS: Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas são os principais agentes de um processo de transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco. Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o "**Pine Pulsa**", o seu manifesto cultural, expressor por meio dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: **Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos todos.** Em 2021, atualizamos nossa estratégia de competências, atualizando o direcionamento comportamental diante as novas necessidades do mercado e ao novo momento do Banco. As novas competências direcionadoras são: **Mindset Digital e Análise de Dados; Análise Crítica; Protagonismo; Planejamento e Execução; Entrega Sistemática de Resultados Sustentáveis; Orientação para Serviços; Processos; Posicionamento; Resiliência; Empatia; e Autoconhecimento.** O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente orientamos a liderança a praticar em suas reuniões de equipe a escuta ativa, a disseminação de informações organizacionais relevantes e a prática de dinâmicas e atividades para manter o grupo unido e em bom clima de trabalho. Com intuito de disseminar a estratégia do banco, temos uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e as novas competências. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores. Neste ano de 2021 o Banco aplicou pesquisas para sentir o clima organizacional e atuar tempestivamente em questões específicas pontuadas pelos colaboradores. Realizamos reuniões com grupos para explorar o aspecto qualitativo do diagnóstico e esses insights se tornaram plano de ação para promover a melhoria contínua da cultura organizacional. Ainda vivenciando a situação de pandemia, as áreas continuam atuando de maneira híbrida com parte reduzida dos colaboradores atuando no escritório e a maior parte das pessoas atuando em *home office*. O time de tecnologia do Banco desenvolveu um aplicativo exclusivo aos funcionários que permite a reserva do espaço do trabalho no escritório, garantindo o controle prévio da ocupação, mantendo a segurança e o distanciamento social entre os times. Os planos de expansão da atuação presencial acompanham os avanços da campanha nacional de imunização, para que as pessoas se sintam cada vez mais seguras neste retorno, afinal, a preservação da saúde e o bem-estar dos

colaboradores seguem como prioridade. O processo de comunicação e educação corporativa continua adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema "bem-estar" esteve em pauta ao longo de todo o período, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Para fomentar a capacitação contínua, mantemos uma agenda recorrente de *workshops* Colaborativos, Programas de Desenvolvimento da Liderança, Programa de Integração, dentre outros. Nos temas de Responsabilidade Social seguimos com a parceria junto a duas organizações: **Instituição Assistencial Lar das Bênçãos**, participando ativamente da campanha de doação de itens para famílias carentes; e **Instituto Reciclar**, renovando a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social. **5. GOVERNANÇA CORPORATIVA:** Possuímos políticas atualizadas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com os acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão: • Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3; • Dois membros independentes no Conselho de Administração; • 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais; • Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas; • Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BRGAAP e IFRS; e • Instalação de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração. **ESG:** Em 2020 criamos a nossa Comissão ESG, dando início a um projeto de reestruturação nos aspectos ambientais, sociais e de governança no Banco Pine. Avançamos nesse tema ao longo do ano de 2021 por meio da criação de uma Agenda ESG, nos aprofundando na maturidade de gestão de cada dimensão do Banco. Criamos um plano trienal (2022 - 2024) como parte do processo evolutivo do nosso modelo de gestão ESG. Dando início aos projetos dessa Agenda, no 4T21 aderimos à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para mobilizar a comunidade empresarial no desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade, principalmente nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Por meio da adesão ao Pacto Global, nos comprometemos em colaborar com o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nosso plano trienal está pautado em diversas ações internas e externas para atingirmos esses objetivos. No âmbito ambiental, nos comprometemos com a revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA); revisão dos procedimentos de aceitação de garantias sob a ótica do risco socioambiental; análise da exposição do risco socioambiental dos ativos; criação de KPIs para avaliar a exposição de risco socioambiental de garantias; criação de KPIs para avaliar as atuações de ativos imobiliários recebidas em garantias; e estudo e análise de exposição ao risco climático. Já no quesito social, planejamos atualizar nosso Código de Conduta com inclusão de aspectos mais específicos; criar mais treinamentos relacionados ao combate à corrupção; desenvolver um programa de diversidade institucional; e criar um programa de inclusão para pessoas com deficiências. Por fim, em termos de governança, buscamos padronizar atas de comissões e comitês; criar o movimento "ESG PINE" com funcionários; construir nossa matriz de materialidade; atualizar o propósito do Banco; e estudar a adesão pública aos compromissos institucionais que fazem conexão com nossa agenda. Além disso, celebramos recentemente nossa associação à Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), estreitando nossa relação com o mercado de capitais. Alinhados com a nossa estratégia ESG, acreditamos que um mercado de capitais eficiente permite reconhecer, respeitar e alinhar interesses econômicos com questões sociais e ambientais, sendo chave para o desenvolvimento econômico do país. Com relação à Covid-19, continuamos monitorando os efeitos desta pandemia que podem afetar nossas operações e que possam afetar adversamente nossos resultados, e seguimos engajados no combate à pandemia, mantendo nossas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacamos a intensificação do trabalho remoto; a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiveram os sintomas da COVID-19; e a contínua comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento. **BACEN - Resolução nº 3.068:** Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 5.869,6 milhões, representando 84,0% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em dezembro de 2021. **6. AUDITORES EXTERNOS:** Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais. **7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES:** A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI ([ri.pine.com](http://pine.com)), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com). **8. AGRADECIMENTOS:** A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Cito das responsabilidades de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais - R\$)						
	Nota	Individual		Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
ATIVO						
Disponibilidades	4	222.709	155.094	222.710	155.095	
Ativos financeiros		13.303.243	11.827.957	13.820.357	12.321.914	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	93.012	75.342	93.012	75.342	
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.977.486	5.235.424	6.979.808	5.235.424	
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.659.529	2.279.498	1.659.529	2.279.498	
Operações de crédito	7	3.675.546	3.256.707	3.675.546	3.256.707	
Outros ativos financeiros	8	897.670	980.986	1.412.462	1.474.943	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(229.833)	(298.107)	(229.833)	(298.107)	
(-) Operações de crédito e outros créditos		(229.833)	(298.107)	(229.833)	(298.107)	
Ativos fiscais	9.a	1.011.667	1.012.677	1.012.586	1.014.679	
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	707.529	629.962	474	474	
Outros ativos	11	341.841	418.724	427.421	490.994	
Imobilizado de uso Intangível	12	26.620	26.684	26.620	26.684	
		3.862	3.347	3.862	3.347	
(-) Depreciação e amortização		(20.595)	(18.546)	(20.595)	(18.546)	
(-) Imobilizado de uso Intangível	12	(18.883)	(17.736)	(18.883)	(17.736)	
		(1.712)	(810)	(1.712)	(810)	
TOTAL DO ATIVO		15.367.043	13.757.792	15.263.602	13.696.534	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais - R\$)						
	Nota	Individual				
		Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	1.202.393	(746)	(360.592)	841.055	
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	13.621	-	13.621	
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	-	(5)	-	(5)	
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	1.647	-	1.647	
Prejuízo do exercício	-	-	-	(63.624)	(63.624)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694	
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(19.817)	-	(19.817)	
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	370	-	370	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.885	5.885	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.929)	(418.331)	779.133	
Saldos em 30 de junho de 2021	17	1.202.393	(4.883)	(422.433)	775.077	
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(173)	-	(173)	
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	-	1	-	1	
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	126	-	126	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.102	4.102	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.929)	(418.331)	779.133	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de Reais - R\$)						
	Nota	Individual				
		Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	1.202.393	(746)	(360.592)	841.055	
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	13.621	-	13.621	
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	-	(5)	-	(5)	
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	1.647	-	1.647	
Prejuízo do exercício	-	-	-	(63.624)	(63.624)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694	
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(19.874)	-	(19.874)	
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	370	-	370	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.942	5.942	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.986)	(418.274)	779.133	
Saldos em 30 de junho de 2021	17	1.202.393	(4.883)	(422.433)	775.077	
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(230)	-	(230)	
MTM Hedge de fluxo de caixa	17.d	-	1	-	1	
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	126	-	126	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.159	4.159	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.986)	(418.274)	779.133	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de Reais - R\$)						
	Nota	Individual				
		2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	2º Sem. 2021	31/12/2021
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício	4.102	5.885	(63.624)	4.159	5.942	(63.624)
Outros ajustes abrangentes	17.d	(46)	(19.446)	15.263	(103)	(19.503)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(316)	(36.032)	24.764	(410)	(36.126)	24.764
Hedges de fluxo de caixa	-	1	(9)	-	1	(9)
Imposto de renda e contribuição social	38	15.911	(12.487)	76	15.949	(12.487)
Outros (1)	232	674	2.995	231	673	2.995
Lucro líquido (Prejuízo) abrangente do semestre/exercício	4.056	(13.561)	(48.361)	4.056	(13.561)	(48.361)

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração						
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIX						

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de Reais - R\$)											
	2º Sem. Nota	Individual			Consolidado			2º Sem. Nota	Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
Receitas	590.392	1.040.271	641.675	596.828	1.061.787	626.344					
Receitas da intermediação financeira	557.771	990.603	666.445	557.957	990.789	666.465					
Receitas de prestação de serviços	18.d	11.105	22.511	24.890	13.423	28.458	32.861				
Rendas de tarifas bancárias		7.169	11.406	9.457	7.169	11.406	9.457				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	5.218	7.463	32.039	5.218	7.463	32.039				
Outras		9.129	8.288	(9.156)	13.061	23.671	(114.478)				
Despesas de intermediação financeira	(472.744)	(833.333)	(551.353)	(471.491)	(831.438)	(548.748)					
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(39.286)	(417)	(20.282)	(411.902)	(75.304)	(74.830)				
Materiais, energias e outros		(227)	(117)	(352)	(227)	(117)	(352)				
Serviços de terceiros		(29.363)	(52.558)	(44.687)	(30.200)	(54.335)	(47.505)				
Outros		(10.196)	(19.007)	(25.048)	(10.855)	(20.552)	(26.973)				
Valor adicionado (consumido) bruto	117.862	134.956	20.235	84.235	155.045	2.765					
Depreciação e amortização	18.f	(7.113)	(2.279)	(2.149)	(2.279)	(2.149)					
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade	76.749	132.677	18.086	83.122	152.766	616					
Valor adicionado recebido em transferência	(2.391)	2.945	(30.716)	-	-	-					
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	(2.391)	2.945	(30.716)	-	-	-				
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	74.358	135.622	(12.630)	83.122	152.766	616					
Distribuição do valor adicionado (consumido)	74.358	135.622	(12.630)	83.122	152.766	616					
Remuneração do trabalho		57.766	104.472	102.799	57.766	104.772	102.887				
Proventos	18.e	30.579	57.164	55.902	30.580	57.165	55.990				
Benefícios e treinamento	18.e	7.039	13.169	12.745	7.038	13.168	12.745				
Encargos sociais	18.e	9.544	19.190	18.347	9.544	19.190	18.347				
Participação nos lucros		10.604	14.949	15.805	10.604	14.949	15.805				
Remuneração de governos		4.102	9.929	(66.771)	13.457	27.016	(53.613)				
Federais	18.g	324	4.747	4.219	1.663	7.732	6.426				
Municipais	18.g	881	1.669	1.728	6.401	11.263	10.725				
Imposto de renda e contribuição social	19	3.545	3.513	(72.718)	5.393	8.021	(70.764)				
Remuneração de capitais de terceiros		7.740	15.336	14.966	7.740	15.336	14.966				
Aluguel e arrendamento de bens	18.f	15.336	14.966	7.740	15.336	14.966	15.336				
Remuneração de capitais próprios		4.102	5.885	(63.624)	4.159	5.942	(63.624)				
Lucro Líquido (Prejuízo) retido		4.102	5.885	(63.624)	4.159	5.942	(63.624)				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizada a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio. As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a participação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2021, na reunião realizada em 14 de fevereiro de 2022. As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

Dependências no exterior	Atividade	Participação % no capital total em	
		31/12/2021	31/12/2020
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Entre Vêdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9900	99,9900

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Financeiras do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Pronunciamento conceitual básico; Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 03 (R3) - Demonstração dos fluxos de caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas, CPC 24 - Eventos subsequentes; e CPC 41 - Resultado por ação; Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo intangível; Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo imobilizado; Resolução CMN nº 4.747/19 - CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda; Resolução CMN nº 4.877/20 - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 46 - Mensuração do valor justo. O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos significativos em suas informações financeiras dadas a sua adoção.

Hierarquia do valor justo: O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeita a uma estrutura de controle definido para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1: Instrumentos financeiros com elevada liquidez em mercados ativos e líquidos, cujos preços são cotados em tempo real neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo. Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o *spread* de crédito, utilizamos também o *rating* da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3. Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco. Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços cotados e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1 com exceção aos instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$99,758 que são classificados em Nível 3. A Resolução CMN nº 4.720/19, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 e a Resolução BCB nº 2/20 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação de Informações financeiras de forma completa. **Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:**

Propriedades para Investimento: A Resolução CMN nº 4.967/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. **Instrumentos Financeiros:** A Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedging*) de instrumentos financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. O Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias. **Investimentos:** A Resolução CMN nº 4.817/20, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. **Conversão de Taxas:** A Resolução CMN nº 4.924/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. A resolução cita as mudanças do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. **Plano de Contas (Cosif):** A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **a) Consolidação:** Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen são anulados. **b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **e) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento". Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativas e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e os respectivos instrumentos na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos. Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento. O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda. **f) Instrumentos Financeiros Derivativos:** De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios: - Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício; - Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diretamente como receita ou despesa; - Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço; - Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da flutuação dos contratos até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza; - *Hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com os respectivos valores relativos a desvalorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; - *Hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedging* e os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do *hedging* é reconhecida diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreciação de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos):** A Resolução CMN nº 4.277/31 de outubro de 2021, para o período de vigência de 1º de janeiro de 2015, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreciação de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem: - Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001; - Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e - Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** O Pine classifica sua carteira de crédito por *rating* que varia de A a 1, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita de crédito líquido. A Resolução CMN nº 4.277/31 de outubro de 2021, para o período de vigência de 1º de janeiro de 2015, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreciação de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem: - Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001; - Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e - Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** O Pine classifica sua carteira de crédito por *rating* que varia de A a 1, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita de crédito líquido. A Resolução CMN nº 4.277/31 de outubro de 2021, para o período de vigência de 1º de janeiro de 2015, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreciação de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem: - Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001; - Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e - Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** O Pine classifica sua carteira de crédito por *rating* que varia de A a 1, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita de crédito líquido. A Resolução CMN nº 4.277/31 de outubro de 2021, para o período de vigência de 1º de janeiro de 2015, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreciação de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem: - Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001; - Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e - Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** O Pine classifica sua carteira de crédito por *rating* que varia de A a 1, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita de crédito líquido. A Resolução CMN nº 4.277/31 de outubro de 2021, para o período de vigência de 1º de janeiro de 2015, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreciação de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem: - Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001; - Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e - Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** O Pine classifica sua carteira de crédito por *rating* que varia de A a 1, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita de crédito líquido. A Resolução CMN nº 4.277/31 de outubro de 2021, para o período de vigência de 1º de janeiro de 2015, dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreciação de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem: - Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001; - Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e - Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos. **h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** O Pine classifica sua carteira de crédito por *rating* que varia de A a 1, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associ

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado					
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2020	
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar
Swap						
Risco de mercado						
Posição ativa:	4.307.837	1.478.881	-	4.442.326	2.086.066	-
Juros	4.257.907	1.421.290	-	4.359.018	2.028.160	-
Moeda	49.930	57.591	-	83.308	57.906	-
Posição passiva:	4.307.837	-	(1.763.191)	4.442.326	-	(2.408.458)
Juros	4.231.425	-	(1.741.701)	4.340.843	-	(2.390.602)
Moeda	76.412	-	(21.490)	101.483	-	(17.856)
Valor líquido	-	-	1.478.881	-	-	2.086.066
hedge Accounting						
Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	11.778	15.313	-	17.666	18.494	-
Moeda	11.778	15.313	-	17.666	18.494	-
Valor líquido	-	-	15.313	-	-	18.494
Risco de mercado						
Posição ativa:	227.285	-	(2.935)	-	-	-
Juros	227.285	-	(2.935)	-	-	-
Valor líquido	-	-	(2.935)	-	-	(1.663)
Valor líquido de Swap	-	-	1.494.194	-	-	1.766.126
Contratos a termo						
Posição ativa:	2.357.846	86.460	-	-	2.073.155	153.440
Juros	1.231.932	19.773	-	823.971	37.096	-
Moeda	1.017.088	57.000	-	1.184.696	108.161	-
Commodities	108.826	9.687	-	60.488	8.183	-
Posição passiva:	2.357.846	-	(26.055)	2.073.155	-	(23.467)
Juros	1.125.913	-	(8.576)	1.249.184	-	(19.427)
Moeda	928.950	-	(6.969)	780.274	-	(4.040)
Commodities	302.983	-	(10.510)	43.247	-	-
Valor líquido	-	86.460	(26.055)	44.737	-	153.440
Opções						
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	55.000	-	(2.524)
Moeda	-	-	-	-	-	(2.524)
Valor líquido	-	-	-	55.000	-	(2.524)
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	21.498
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas	-	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	78.875	-	-	91.782
Moeda	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções a exercer	-	-	-	-		

☆ continuação

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Papel	Individual e Consolidado				Individual		Consolidado	
	Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2021
Letras Financeiras								
	16.500	2011	2021	CDI	145%	63.398		
	26.915	2017	2024	CDI	150% a 153%	28.139		
	2.000	2019	2024	CDI	140%	6.724		
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.041		
	16.500	2019	2025	IPCA	9,78%	18.128		
	5.000	2019	2026	CDI	150%	5.018		
	8.500	2019	2026	IPCA	10,15%	9.331		
	300	2019	2026	CDI	149%	375		
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.004		
Total	90.491					142.435		

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS:

Papel	Individual e Consolidado				Individual		Consolidado	
	Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2021
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)						369		369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)						6.987		6.987
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)						6.226		6.226
Finanças Prestadas (Nota 21)						7.699		7.699
Total						21.779		18.319

16. OUTROS PASSIVOS:

Papel	Individual e Consolidado				Individual		Consolidado	
	Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2021
Depósitos Judiciais						369		369
Contingências Fiscais e Obrigações Legais						50.395		49.499
Contingências Trabalhistas						5.724		4.973
Contingências Cíveis						808		863
Finanças Prestadas (Nota 21)						7.699		7.433
Total						56.927		55.335

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas às PFs e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores. Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS. Em relação ao STF, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$48.047 no Individual e R\$48.360 no Consolidado (R\$47.179 no Individual e R\$47.486 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$9.191 no Individual e no Consolidado (R\$14.043 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual e Consolidado				Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais e obrigações Trabalheiras								
Saldo inicial	369	6.588	6.629	13.586	369	6.863	7.875	15.107
Constituição (reversão)	—	(310)	3.266	2.966	—	(996)	(1.525)	(2.521)
Atualização	—	709	(3.171)	(2.462)	—	721	279	1.000
Saldo final	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586

Depósitos Judiciais e Obrigações Legais e Contingências Fiscais e Obrigações Legais e Contingências Trabalhistas e Contingências Cíveis e Finanças Prestadas (Nota 21)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) **Capital social:** Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2020) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2020) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) **Reserva de lucros:** A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido da cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não pode exceder 20% do lucro líquido do exercício do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco. c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Constatados Reunidos do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no período findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(8.705)	27.326	(8.800)	27.326
Títulos e valores mobiliários	(8.705)	27.326	(8.800)	27.326
Hedge fluxo de caixa	(3)	(4)	(3)	(4)
Objeto do Hedge	(844)	396	(844)	396
Instrumento do Hedge	841	(400)	841	(400)
Outros	(254)	(927)	(254)	(927)
Efeito Tributário	4.033	(11.878)	4.071	(11.878)
Total	(4.929)	14.517	(4.986)	14.517

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO:

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado			
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Adiantamentos a depositantes	12.848	19.308	10.960	10.960
Benefícios de empréstimos	6.989	13.082	12.652	6.989
Rendas de financiamentos	14.893	40.951	68.429	67.734
Total	263.770	454.613	341.047	341.047

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
Despesas de depósitos interfinanceiros	1.123	1.703	2.386	1.123
Despesas de depósitos a prazo	300.938	594.146	428.117	299.682
Despesas de operações compromissadas	118.203	151.618	29.945	118.206
Despesas de operações com TVM no exterior ⁽¹⁾	42	84	(1.837)	42
Despesas de contribuição ao FGC	7.179	12.489	8.019	7.179
Despesas com LCA	12.077	19.440	8.630	12.077
Despesas com LF	14.893	26.538	19.018	14.893
Despesas com LCI	10.045	13.582	4.306	10.045
Total	464.500	819.605	498.584	463.247

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado			
	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	360	758	1.627	360
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	261	515	482	261
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	7.623	12.455	50.660	7.623
Total	8.244	13.728	52.769	8.244

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
Comissão de fiança	5.394	11.720	13.939	5.394
Comissão de intermediação	201	412	2.210	201
Rendas de cobrança	2.561	4.588	3.790	2.561
Rendas com tarifas	1.503	3.644	2.862	1.503
Outras ⁽¹⁾	1.446	2.147	2.089	3.764
Total	11.105	22.511	24.890	13.423

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
Proventos	25.606	46.950	44.367	25.606
Benefícios	6.989	13.082	12.652	6.989
Encargos sociais	9.544	19.190	18.347	9.544
Honorários da diretoria	4.469	9.349	10.835	4.469
Tratamento	49	86	93	49
Estacionamento	505	866	700	505
Total	47.162	89.523	86.994	47.162

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
Despesas de água, energia e gás	108	248	194	108
Despesas com aluguéis	7.163	14.165	13.747	7.163
Despesas de arrendamento de bens	577	1.171	1.219	577
Despesas com contribuições filantrópicas	—	10	—	10
Despesas de manutenção e conservação de bens	471	901	877	471
Despesas de material	119	169	158	119
Despesas de processamento de dados	8.873	15.972	13.850	8.873
Despesas de relações públicas	1.175	1.682	1.119	1.175
Despesas de seguros	2.645	5.017	3.263	2.645
Despesas com serviços do sistema financeiro	5.890	11.598	10.601	5.893
Despesas com serviços de terceiros	501	950	1.112	1.007
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.113	2.179	2.304	1.113
Técnicos especializados	8.364	13.263	9.669	8.333
Despesas de transporte	241	373	294	242
Despesas de viagens	305	340	155	305
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	4.037	8.517	16.167	4.045
Despesas de amortização e depreciação	1.113	2.279	2.149	1.113
Emolumentos judiciais e cartorários	93	261	271	194
Outras despesas administrativas	2.875	4.498	4.220	3.145
Total	48.639	89.597	87.202	48.955

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
ISS	878	1.666	1.719	925
Cofins	235	3.999	3.508	1.287
PIS	38	650	570	266
Cofins ⁽¹⁾	54	101	150	586
Total	1.205	6.416	5.947	18.995

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	(7)	3	456	(3)
Atualização monetária ativa	(3)	1.105	1.075	82
Atualização de créditos judiciais	3.574	3.965	130	3.574
Reversão provisão fiança	137	316	786	137
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	4.984	9.885	14.035	4.990
Outras rendas operacionais ⁽¹⁾	3.025	3.168	283	35.214
Total	12.505	18.442	16.767	44.734

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	6.242	12.841	11.515	6.248
Despesa de cessação	216	216	59.256	216
Provisão de fiança	—	3.282	1.368	—
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	9.191	24.502	40.325	36.377
Total	15.649	40.841	112.464	48.241

j) Resultado não operacional

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
Recursos não operacionais	16.503	42.685	21.979	18.408
Despesas não operacionais	(4.230)	(11.998)	(17.438)	(7.240)
Total	12.273	30.687	4.541	11.168

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

	Individual		Consolidado	
	2º Sem. 2021	31/12/2021	2º Sem. 2021	31/12/2020
Recursos não operacionais	16.503	42.685	21.979	18.408
Despesas não operacionais	(4.230)	(11.998)	(17.438)	(7.240)
Total	12.273	30.687		

☆ continuação

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Curva	Taxa Mercado		Nova Taxa	
	(1 ano)	Choque	Mercado (1 ano)	Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,80%	25%	14,74%	
Índice de Preços (IPCA)	6,06%	25%	7,57%	
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,07%	25%	7,59%	
Taxa Referencial (TR)	8,74%	25%	10,93%	
Taxa de Cupom de Dólar	1,00%	50%	1,25%	
Taxas de Cupom de Outras Moedas	0,23%	25%	0,29%	
Taxas <i>Offshore</i> (Libor + outras <i>Offshore</i>)	0,22%	25%	0,33%	
Cesta de Moedas	5,58	25%	6,97	

Canário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado		Nova Taxa	
	(1 ano)	Choque	Mercado (1 ano)	Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	11,80%	50%	17,69%	
Índice de Preços (IPCA)	6,06%	50%	9,09%	
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,07%	50%	9,11%	
Taxa Referencial (TR)	8,74%	50%	13,11%	
Taxa de Cupom de Dólar	1,00%	50%	1,50%	
Taxas de Cupom de Outras Moedas	0,23%	50%	0,35%	
Taxas <i>Offshore</i> (Libor + outras <i>Offshore</i>)	0,22%	50%	0,33%	
Cesta de Moedas	5,58	50%	8,37	

h) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes: O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades: • Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos; • Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e • Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estabelecidos da instituição. **Política de Responsabilidade Sociambiental (PRSA):** A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco sociambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema sociambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza sociambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável. As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração. No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos sociambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu *rating* de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito. Neste processo considera-se uma lista restrita que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firmam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista sociambiental. **Tecnologia da Informação:** O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de plano de continuidade de negócio, incorporando os processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade. **Plano de Continuidade de Negócios:** O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado. A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados. **Segurança de Informação:** O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018). **Índice de Basileia:** O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021, foi de 11,11% (11,67% em 31 de dezembro de 2020), calculado a partir do "Conglomerado Prudencial". De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. **Índice de Imobilização:** O índice de Imobilização em 31 de dezembro de 2021, foi de 19,12% (17,35% em 31 de dezembro de 2020). De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. **K) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3:** O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO/SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento (disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. Para cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento integrado de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela administração e demais funcionários. A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal. A PricewaterhouseCoopers (PwC) Auditores Independentes é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de

Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente, adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utilizada uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração. **1. Atividades do Comitê de Auditoria no 2º semestre de 2021:** No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades: **a) Auditoria Independente:** O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PwC para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. **b) Auditoria Interna:** O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. **c) Demonstrações Financeiras Consolidadas:** O Comitê em reuniões com a Controladoria e a diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, e as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e

Após análise das Demonstrações Financeiras da Instituição, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Membros da Diretoria Executiva			
Mauro Sanchez Carlos Eduardo Tyba	Rodrigo Esteves Pinheiro Sergio Luis Patricio	Marcelo Camargo Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo	Jailton Marcio Donasan Renata Leme Borges dos Santos

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após análise das Demonstrações Financeiras da Instituição, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Membros da Diretoria Executiva			
Mauro Sanchez Carlos Eduardo Tyba	Rodrigo Esteves Pinheiro Sergio Luis Patricio	Marcelo Camargo Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo	Jailton Marcio Donasan Renata Leme Borges dos Santos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas - Banco Pine S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado
Conforme divulgado nas notas 3(e) e 6(a), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificadas na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo. Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíam, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida. Analisamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Eletuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
Conforme divulgado nas notas 3(a) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíam, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Eletuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil. Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributários futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Ativos não financeiros mantidos para venda

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Banco possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo e premissas estabelecidas pela administração. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos. Adicionalmente, eletuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriados.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideramos os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíam, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais. **h) Resultado recorrente e não recorrente:** Segregação dos resultados recorrentes e não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20:

	2º Sem. 2021		31/12/2021		31/12/2020	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Lucro líquido (Prejuízo) do período	4.159	5.942	(61.702)		(61.702)	
Eventos não recorrentes (líquido dos efeitos tributários)	-	-	1.922		1.922	
Outras despesas administrativas ⁽¹⁾	-	-	1.922		1.922	
Lucro líquido (Prejuízo) recorrente do período	4.159	5.942	(61.702)		(61.702)	

(1) Sentenças judiciais sobre retomada de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda.

26. OUTROS ASSUNTOS: a) Impactos da pandemia da COVID-19: Devido a continuidade da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19) desde 2020, além da epidemia de Influenza que atingiu o país em 2021, o Banco Pine segue monitorando os fatores que podem afetar suas operações e resultados. Assim como em 2020, o Banco Pine segue atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Com o avanço da vacinação no país foi possível realizar um plano de retomada gradual aos escritórios, por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia, que permitiram as interações virtuais com mais agilidade. Esse plano também levou em consideração: (a) a limitação em 50% da capacidade da infraestrutura local do Pine, controlada por meio de um sistema de agendamento digital, (b) a definição de protocolo de acompanhamento junto aos profissionais da saúde para os funcionários e familiares que tiveram os sintomas do COVID-19 e/ou influenza, e (c) estabelecimento de um processo de comunicação e transparência com os colaboradores por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos periódicos feitos pelo RH comunicando novidades referentes à pandemia. Cabe destacar que apesar das medidas mencionadas, o Banco mantém suas atividades operacionais, com agilidade e flexibilidade nos canais de atendimento, assim como o monitoramento da qualidade de crédito e da situação financeira dos clientes. O Pine continuou capturando oportunidades e avançando no planejamento estratégico, sempre pautado nos modelos de riscos que ajudaram a elevar as margens e controlar a qualidade dos ativos. O Denotado reaquecimento da atividade econômica após o período mais crítico da pandemia resultou no crescimento da origem de crédito no ano de 2021. Além disso, a mudança na composição do mix de produtos em 2021 refletiu nos prazos de produção de crédito, aumentando os recebíveis de curto prazo pela companhia. O Banco Pine continua com o monitoramento constante dos limites operacionais e de apetite à riscos, e para mais informações sobre o monitoramento do Banco, consulte o relatório gerencial do quarto trimestre disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>. **b) Operação de Swap:** O Conselho de Administração do Pine, em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 2021, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return swap* - TRS) com liquidação financeira ("Operação"), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço ("hedge"). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4. No contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN nº 3.921, em Reais com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação TRS com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de swap não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa. As contratações dos Swap foram concluídas em maio de 2021. Não foram identificados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES: Conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Aumento do Capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social da Companhia, no valor de, no mínimo, R\$42.871.037,66 (quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) e, no máximo, R\$70.000.000 (setenta milhões de reais), mediante a emissão de, no mínimo, 26.794.399 (vinte e seis milhões, setecentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e nove) ações, sendo 22.317.633 (vinte e dois milhões, trezentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e três) ações ordinárias e 4.476.766 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis) ações preferenciais, e, no máximo, 43.750.000 (quarenta e três milhões e setecentos e cinquenta mil) novas ações, sendo 22.317.632 (vinte e dois milhões, trezentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e dois) ações ordinárias e 21.432.367 (vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e sete) ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Como vantagem adicional aos subscritores de Ações no Aumento de Capital, será atribuído (1) bônus de subscrição, em série única, para cada 3 (três) ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 (uma) ação ON e 2 (duas) ações PN. Os administradores do Banco entendem que o Aumento de Capital fortalecerá a estrutura de capital, e consequentemente a capacidade de o Banco crescer seu portfólio de crédito, aumentar sua base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, que lhe permitam perpetuar seu propósito, incrementar seus níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios. O valor base de emissão das ações objeto do aumento de capital foi fixado em R\$1,60 (um real e sessenta e cinco centavos) por ação, fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas do Banco, nos termos do inciso III do §1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração o preço das ações de emissão do Banco no fechamento do pregão da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 11 de fevereiro de 2022. Após este aumento, o capital social do Banco, atualmente no valor de R\$1.202.393.173,42 (um bilhão, duzentos e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos) passará a ser de, no mínimo, R\$1.245.264.211,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e onze reais e oito centavos) e de, no máximo, R\$1.272.393.173,42 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos). Mais informações sobre o referido aumento podem ser obtidas no Aviso aos Acionistas disponibilizado no site de Relações com Investidores do Banco Pine.

CONTADORIA

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

O Comitê de Auditoria para o período em análise. **d) Administração de Riscos:** O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Risco do Conglomerado Pine de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos. O Comitê manteve atenção especial à gestão da crise provocada pela pandemia do COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas adotadas pelo Conglomerado Pine. e) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança e atuação e comprometimento dos gestores. f) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatórios sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, o presidente e membro qualificado do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração. **2. Conclusão:** O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como que o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o exercício / semestre findos em 31 de dezembro de 2021, bem como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022.

William Pereira Pinto - Presidente e Membro Qualificado

Mailson Ferreira da Nóbrega - Membro representante do Conselho de Administração

Walkyria Aparecida Augusto - Membro Independente

—☆ continuação

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser

comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2022



pwc

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador - CRC 1SP171564/O-1

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 16/02/2022 22:29:45 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

